

No âmbito do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza

Pordata retrata a evolução da pobreza em Portugal

A propósito de mais um Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, que se assinala no dia 17 de outubro, a [Pordata](#), a base de dados estatísticos da Fundação Francisco Manuel dos Santos, divulga um conjunto de dados que retratam o atual panorama e a evolução da pobreza da população em Portugal, um dos desafios mais urgentes que o país enfrenta.

Este é um retrato que se centra nos dados sobre a pobreza e na sua evolução, mas também noutros temas que a influenciam diretamente, tais como o preço da habitação em comparação com o nível salarial em Portugal. Além disso, analisa-se também a posição portuguesa no contexto europeu.

Desta forma, através deste retrato é possível perceber, por exemplo, que a taxa de risco de pobreza teve uma ligeira subida, pela primeira vez em sete anos, de 0,6 p.p, passando de 16,4% para 17%, em 2022; que foi no grupo de crianças e jovens que a taxa de risco de pobreza mais se agravou, bem como nas famílias com crianças dependentes; que os pobres estão mais pobres, com o maior aumento da taxa de intensidade de pobreza da última década; que um em cada dez trabalhadores é pobre; ou que, no contexto europeu, o conforto térmico das casas é a dificuldade económica que faz Portugal destacar-se pela negativa, reportando a mais elevada proporção de pessoas a viver em agregados sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida.

Para mais informações e contactos de media: Manuel Louro | manuel.louro@jlma.pt | 91 888 11 24

QUASE UMA EM CADA TRÊS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS COM CRIANÇAS DEPENDENTES VIVE COM MENOS DE 591€ POR MÊS. AS CRIANÇAS E OS JOVENS MENORES DE 18 ANOS SÃO O GRUPO COM MAIOR VULNERABILIDADE.

De acordo com o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), em 2022¹, 1,9 milhões de pessoas em Portugal encontravam-se em risco de pobreza, ou seja, viviam com rendimentos inferiores a 591 euros mensais². Este valor aumenta para 2,1 milhões de pessoas se se considerar a população que não tem capacidade financeira para adquirir bens essenciais (risco de pobreza e exclusão social).

A taxa de risco de pobreza após transferências sociais, que tinha vindo a descer após a crise financeira [com exceção de 2020, ano de pandemia], teve uma ligeira subida - pela primeira vez em sete anos, de 0,6 p.p, passando de 16,4% para 17%, em 2022.

Foi entre no grupo de crianças e jovens (menos de 18 anos) que a taxa de risco de pobreza mais aumentou (+ 2,2 p.p em relação ao ano anterior, situando-se nos 20,7% em 2022). É também este o grupo que evidencia maior vulnerabilidade, já que apresenta taxas de risco de pobreza superiores ao conjunto nacional (17%) e aos outros grupos etários (17,2%, entre as pessoas com 65 ou mais anos, e 16% entre os 18 e os 64 anos).

Mas, para além das faixas etárias, a pobreza não atinge os diferentes tipos de famílias por igual. São as famílias monoparentais com crianças e as pessoas que vivem sozinhas que apresentam maiores fragilidades – quase uma em cada três famílias monoparentais (31,2%) vive com menos de 591€ por mês, já incluindo as transferências sociais recebidas. Foi também nesta composição de famílias que se registou o maior aumento de um ano para o outro (de 3,2 p.p.). Em praticamente todos os diferentes agregados domésticos com crianças dependentes se registou um agravamento na taxa de pobreza de um ano para o outro (excetua-se a categoria «Outros agregados com crianças dependentes» onde a taxa diminuiu 0,8 p.p.).

¹ Os dados do ICOR, realizado em 2023, reportam-se aos rendimentos do ano anterior. Contudo, os indicadores relativos à privação material e social referem-se ao período de recolha dos dados, neste caso, o 1.º semestre de 2023. Os dados do ICOR de 2024 serão divulgados pelo INE em dezembro de 2024.

² Em Portugal, o valor abaixo do qual alguém que vive sozinho é considerado pobre situava-se, em 2022, nos 7095€ anuais, o que equivale a 591,25€ mensais. Pode consultar aqui o [Limiar do risco de pobreza](#).

Taxa de risco de pobreza após transferências sociais: total e por composição do agregado doméstico privado

Taxa - %

Anos	Tipo de agregado doméstico privado											
	Total	Agregados domésticos privados sem crianças dependentes					Agregados domésticos privados com crianças dependentes					
		Total	Um adulto	Dois adultos, ambos com menos de 65 anos	Dois adultos, pelo menos um com 65 ou mais anos	Outros agregados sem crianças dependente	Total	Um adulto e pelo menos uma criança dependente	Dois adultos e uma criança dependente	Dois adultos e duas crianças dependentes	Dois adultos e três ou mais crianças dependentes	Outros agregados com crianças dependentes
2012	18,7	15,0	21,9	17,0	13,4	12,0	22,2	33,1	16,0	19,9	40,4	23,8
2013	19,5	15,8	23,1	17,4	13,1	13,1	23,0	38,4	15,4	18,0	38,4	28,8
2014	19,5	16,6	25,4	16,8	14,3	13,7	22,2	34,6	13,7	20,4	37,7	26,1
2015	19,0	16,8	26,3	16,0	16,4	12,8	21,0	31,6	15,0	17,0	42,7	24,7
2016	18,3	16,9	25,4	18,1	15,5	12,5	19,7	33,1	12,4	16,9	41,4	23,1
2017	17,3	16,4	26,1	17,1	15,0	11,5	18,1	28,3	12,4	(R) 15,1	31,6	22,0
2018	17,2	16,2	26,2	16,5	15,0	11,2	18,3	33,9	12,0	13,7	30,2	23,6
2019	16,2	15,4	24,1	17,1	16,4	9,5	17,0	25,5	12,3	13,5	39,8	17,6
2020	18,4	17,2	24,2	15,6	19,9	11,7	19,7	30,2	12,3	11,8	29,4	26,3
2021	16,4	14,8	22,5	14,1	14,4	11,1	18,0	28,0	11,0	12,8	22,7	23,5
2022	17,0	15,2	24,9	12,7	15,0	11,1	18,9	31,2	11,3	13,9	23,6	22,7
variação 2022 vs 2021	0,6	0,4	2,4	-1,4	0,6	0,0	0,9	3,2	0,3	1,1	0,9	-0,8

Taxa de risco de pobreza após transferências sociais: total e por composição do agregado doméstico privado

Fontes de Dados: INE - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Fonte: PORDATA

Última actualização: 2024-06-27

OS POBRES ESTÃO MAIS POBRES

Olhando para a intensidade de pobreza³, verifica-se o maior aumento desde 2012: 3,9 p.p, situando-se nos 25,6% em 2022 (21,7% em 2021). A taxa de intensidade de pobreza mede a distância do rendimento mediano da população que está em risco de pobreza, face ao valor do limiar da pobreza, como percentagem deste último. Por outras palavras, mede a profundidade da pobreza. Em Portugal, metade dos pobres tinham, em 2022, um rendimento monetário disponível 25,6% abaixo da linha de pobreza e esta profundidade aumentou face a 2021.

UM EM CADA DEZ TRABALHADORES É POBRE, UMA REALIDADE QUE SE TEM MANTIDO PRATICAMENTE INALTERADA

³ Segundo o INE, a taxa de intensidade da pobreza permite avaliar em que medida o rendimento monetário disponível mediano dos pobres (pessoas que vivem em agregados com rendimentos monetários líquidos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar de pobreza) se aproxima ou afasta do limiar de pobreza, constituindo um indicador da insuficiência de recursos da população em risco de pobreza.

A população desempregada é um grupo social especialmente vulnerável à pobreza. A incidência da pobreza neste grupo, que tinha diminuído entre 2020 e 2021, voltou a registar uma subida de 3,3 p.p. face a 2021, aliás uma das subidas mais elevadas da última década (com exceção do ano de pandemia) sendo a mais elevada entre a população portuguesa (46,7%), permanecendo assim o desemprego, como um dos principais fatores de pobreza.

Mas ter emprego não significa evitar a pobreza. A proporção da população empregada que vive em situação de pobreza diminuiu de 10,3% para 10%, e tem-se mantido próxima destes valores na última década. Haver um em cada dez indivíduos que apesar de ter emprego é pobre, deve ser encarado, a par dos valores de outros indicadores, como um fator de preocupação.

Taxa de risco de pobreza após transferências sociais: total e por condição perante o trabalho

Taxa - %

Anos	Condição perante o trabalho					
	Total	Empregado	Sem emprego			
			Total	Desempregado	Reformado	Outros inativos
2012	18,7	10,5	23,8	40,3	12,8	29,6
2013	19,5	10,7	24,7	40,5	12,9	32,4
2014	19,5	10,9	25,2	42,0	14,4	31,9
2015	19,0	10,9	25,4	42,0	16,0	31,2
2016	18,3	10,8	25,1	44,8	15,1	32,3
2017	17,3	9,7	24,8	45,7	15,7	30,8
2018	17,2	10,8	24,2	47,5	15,2	31,0
2019	16,2	9,5	22,9	40,6	15,7	(R) 28,8
2020	18,4	11,2	25,9	46,5	18,0	30,8
2021	16,4	10,3	22,5	43,4	14,9	27,8
2022	17,0	10,0	23,9	(R) 46,7	15,4	31,2

Taxa de risco de pobreza após transferências sociais: total e por condição perante o trabalho

Fontes de Dados: INE - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Fonte: PORDATA

Última actualização: 2024-07-17

O PREÇO DAS CASAS MAIS DO QUE DUPLICOU FACE A 2015, ENQUANTO OS SALÁRIOS AUMENTARAM 35%

Um dos temas mais discutidos na atualidade prende-se com a subida dos preços das casas. Em 2023, Portugal viu mais do que duplicar o preço de compra das casas⁴, comparativamente a 2015: 106%, valor acima do registado a nível da União Europeia, de 48%. Confrontando este aumento com a variação da remuneração média dos trabalhadores por conta de outrem, verificamos que, face a 2015, os salários em Portugal aumentaram 35%, muito aquém do aumento de 105% das casas.

Anos	Remuneração média dos trabalhadores por conta de outrem (PPC)	Índice de Preços da Habitação (IPH) (2015 = 100)
2015	24 857,4	100,0
2016	24 880,8	107,1
2017	24 980,7	117,0
2018	25 822,7	129,0
2019	26 913,9	141,9
2020	27 226,9	154,3
2021	28 517,5	168,8
2022	Pro 30 485,6	Pro 190,2
2023	Pro 33 558,8	Pro 205,8

Fonte :Eurostat | Institutos Nacionais de Estatística - Contas Nacionais Anuais
Fonte: PORDATA
Última actualização: 2024-03-27

1 EM CADA 4 INQUILINOS ESTAVA EM SOBRECARGA FINANCEIRA COM DESPESAS COM A HABITAÇÃO

Em 2023, 27% dos inquilinos estava em situação de sobrecarga financeira com as despesas com a habitação, valor que apresentou uma descida de 2,4 p.p. em relação a 2022. Isto significa que

⁴ O Índice de Preços da Habitação (IPH) mede a inflação no mercado imobiliário residencial. O IPH capta as variações de preços de todos os tipos de habitações adquiridas pelas famílias (apartamentos e moradias). A componente de terreno da habitação está incluída (metainformação- Eurostat).

mais de um em cada quatro inquilinos gasta pelo menos 40% do seu rendimento com custos da renda da casa e água, luz e gás. Na UE27, a sobrecarga financeira com a habitação atinge um quinto dos inquilinos (20,8%) e, desde que há registos, nunca ultrapassou os 27,1%.

Taxa de sobrecarga das despesas em habitação (%)

	Inquilino, renda a preço do mercado	
	UE27	PT - Portugal
2022	20,8	29,4
2023	20,3	27,0

Fontes de Dados: Eurostat | Entidades Nacionais - Painel Europeu dos Agregados Familiares (PEAF); Estatísticas Europeias sobre Rendimentos e Condições de Vida (EU-SILC)

Fonte:
PORDATA
Última
actualização:
2024-07-03

Retrato De Portugal No Contexto Europeu⁵

PORTUGAL TEM A 13.ª MAIOR TAXA DE RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL

Em Portugal, uma em cada cinco pessoas vive em risco de pobreza ou exclusão social. Entre os 27 Estados-membros da UE, esta é a 13.ª maior taxa de risco de pobreza ou exclusão social, com Portugal logo abaixo de França e acima de Malta. A Roménia tem a taxa mais elevada (32%) e a Chéquia a mais baixa (12%).



[Risco de pobreza ou exclusão social | PORDATA](#)

Este indicador estatístico de população em risco de pobreza ou exclusão social combina indivíduos em risco de pobreza ou a viver em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida ou em situação de privação material e social severa. Por outras palavras, contabiliza as pessoas que enfrentam, pelo menos, uma destas três situações no seio familiar:

1. Pouco dinheiro face ao resto da população – **risco de pobreza**;

⁵ A fonte deste retrato de Portugal no contexto europeu é a base de dados do Eurostat. Os dados mais atuais referem-se aos inquéritos realizados às condições de vida das famílias europeias em 2023 e relativos aos rendimentos de 2022.

2. Pouco trabalho – **intensidade laboral per capita muito reduzida;**
3. Poucas condições de vida – **privação material e social severa.**

Segue-se o retrato de cada uma destas três situações:

17% é a proporção da população que fica abaixo da linha de pobreza fixada para Portugal, mesmo contabilizando as pensões resultantes de uma vida de trabalho e os apoios sociais distribuídos pelas famílias, seja para educação, habitação, doença, invalidez, desemprego ou combate à exclusão social⁶.

Portugal tem a 11.^a taxa de risco de pobreza mais elevada da UE, abaixo do Luxemburgo e acima de Malta. Letónia e Estónia partilham a taxa de risco de pobreza mais alta (22,5%). A Chéquia tem a mais baixa (9,8%).



[Taxa de risco de pobreza após transferências sociais \(%\) | PORDATA](#)

⁶ Segundo o INE, a taxa de risco de pobreza é a proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

Este ranking europeu deve ser interpretado com particular cuidado pois o valor da linha estatística da pobreza⁷ não é igual para toda a UE, variando de país para país⁸. Por outras palavras, ser considerado pobre em Portugal não é o mesmo que ser considerado pobre no Luxemburgo ou na Bulgária. De facto:

- a linha da pobreza utilizada para chegar aos 17% da população portuguesa em risco de pobreza foi traçada nos €7.095 anuais. Dá uma média de €591 por mês, a décima mais baixa na UE.
- a linha de pobreza utilizada para chegar aos 18,8% da população luxemburguesa em risco de pobreza foi traçada nos €28.582 anuais. São €2.382 por mês, a mais elevada da UE.
- a linha de pobreza utilizada para chegar aos 20,6% da população búlgara em risco de pobreza foi traçada nos €3.914 anuais. São €326 por mês, a mais baixa da UE.



[Limiar de risco de pobreza | PORDATA](#)

⁷ Segundo o INE, a linha da pobreza é o limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

⁸ No artigo [“Pobreza: um conceito visto à lupa”](#), a diretora da Pordata, Luísa Loura, explica como se calcula este indicador.

Se olharmos para a intensidade laboral muito reduzida, verificamos que 6,3% da população do país com menos de 65 anos vive em agregados familiares com intensidade laboral per capita muito reduzida, ou seja, onde se trabalha menos de 20% do tempo possível⁹.

Entre os 27 Estados-membros da UE, Portugal regista a 15.^a maior taxa de intensidade laboral muito reduzida, posicionando-se logo abaixo da Letónia e da Bulgária e acima da Estónia. A Bélgica tem a taxa mais elevada (10,5%) e Malta a mais baixa (3,6%).



[População em agregados com intensidade laboral muito reduzida | PORDATA](#)

⁹ Segundo o INE, consideram-se em intensidade laboral per capita muito reduzida todos os indivíduos com menos de 65 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que a população adulta dos 18 aos 64 anos referiu ter trabalhado, em média, menos de 20% do tempo de trabalho possível (excluem-se os estudantes dos 18 aos 24 anos; os reformados e/ou pensionistas de velhice ou invalidez; e as pessoas inativas com 60-64 anos e que vivem em agregados cuja principal fonte de rendimento são pensões).

Por último, 4,9% da população vive em privação material e social severa. Isto significa que, por dificuldades económicas, falta, pelo menos, sete¹⁰ dos seguintes treze itens relacionados com a qualidade de vida das famílias e o bem-estar individual: 1) poder assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada; 2) poder pagar uma semana de férias por ano, fora de casa; 3) evitar atrasos nos pagamentos regulares de rendas, prestações de crédito ou outras despesas; 4) poder ter uma refeição de carne ou de peixe de 2 em 2 dias; 5) poder manter a casa adequadamente aquecida; 6) poder dispor de automóvel; 7) poder substituir mobiliário usado; 8) poder trocar roupa usada por alguma roupa nova; 9) poder ter dois pares de sapatos de tamanho adequado; 10) poder gastar semanalmente uma pequena quantia de dinheiro consigo próprio; 11) poder participar regularmente numa atividade de lazer; 12) poder encontrar-se com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês; 13) poder aceder à internet para uso pessoal em casa.

Portugal regista a 13.^a mais elevada taxa de privação material e social severa da UE, a par da Dinamarca. A Roménia tem a mais elevada (19,8%) e a Eslovénia tem a mais baixa (2%).



[Privação material e social severa | PORDATA](#)

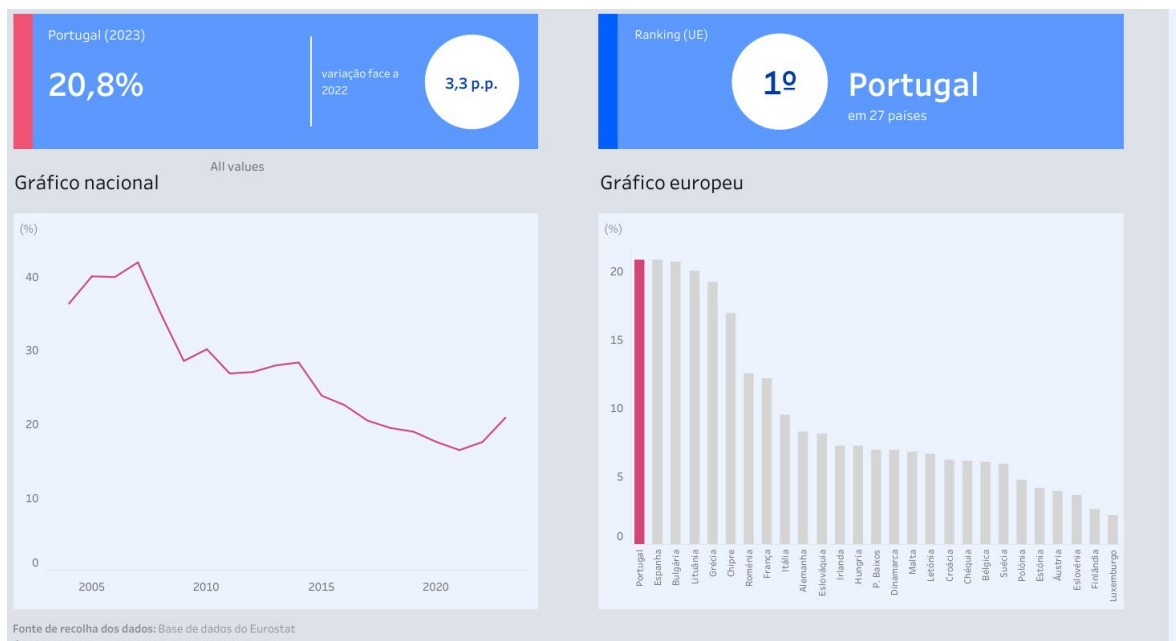
¹⁰ Segundo o INE, o indicador de privação material severa considera as situações em que não existe acesso a pelo menos sete dos treze itens devido a dificuldades económicas.

No contexto nacional, são três as dificuldades económicas que afetam mais de 30% da população residente em Portugal:

- 39,8% das pessoas vivem em agregados [sem capacidade financeira para substituir mobiliário usado](#);
- 38,9% das pessoas vivem em agregados [sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa](#);
- 30,5% das pessoas vivem em agregados [sem capacidade para pagar uma despesa inesperada](#) próxima do valor mensal da linha de pobreza, sem recorrer a empréstimo.

No contexto europeu, o conforto térmico das casas é a dificuldade económica que faz Portugal destacar-se dos parceiros europeus, pela negativa.

De facto, Portugal - a par da Espanha - reporta a mais elevada proporção de pessoas a viver em agregados sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida. São 20,8% das pessoas, ou seja, uma em cada cinco sem dinheiro para aquecer a casa. No extremo oposto do ranking europeu, só 2,1% dos luxemburgueses reportam esta dificuldade económica.



[População sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida \(%\) | PORDATA](#)

Para saber mais sobre a pobreza

Estes são alguns dos mais recentes estudos, artigos, debates, entrevistas ou documentários que a Fundação Francisco Manuel dos Santos vem divulgando com diferentes peritos sobre o tema da pobreza:

[Pobreza Zero - O Futuro a Construir | FFMS](#)

A pobreza no país é estrutural. Nascer pobre não deveria ser uma sentença, mas a persistência ao longo de gerações é uma das características mais determinantes da pobreza em Portugal. Para romper este ciclo, são necessárias políticas direcionadas às crianças mais desfavorecidas e às suas famílias. Mas este combate também passa pela educação que faz funcionar o elevador social e pela transformação do mercado de trabalho, aumentando a produtividade e o valor acrescentado da economia nacional.

[A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos | FFMS](#)

Compreender a diversidade da pobreza, conhecer as trajetórias da população pobre e perceber de forma aprofundada como vivem foi o que norteou a realização deste estudo. Sem sabermos quem é e como vive esta parte da população, partindo das suas próprias perspetivas, dificilmente compreenderemos o país no seu todo.

[Portugal Desigual | Um retrato das desigualdades de rendimentos e da pobreza no país | FFMS](#)

Quão desigual é o país? A pobreza e as desigualdades estão a diminuir ou a agravar-se? E como é que as famílias portuguesas reagiram ao impacto social e económico da Covid-19 e mais recentemente à subida da inflação? As respostas no projeto Portugal Desigual, que resulta da análise atualizada de dados da pobreza e das desigualdades nacionais.

[Como pomos fim à pobreza? | Fundação Francisco Manuel dos Santos \(ffms.pt\)](#)

Em Portugal, ter emprego não é suficiente para não se ser pobre. Há cerca de dois milhões de pessoas em condição de pobreza e exclusão social no país – e destas, uma em cada quatro está empregada. Cinco décadas depois da Revolução de abril, o retrato do país continua a ser feito de pobreza. E já pouco sentido faz reduzi-la a uma vertente monetária.

[Esther Duflo: pobreza não é assim tão simples | FFMS](#)

Dois dólares (cerca de 1,85 euros) por dia para pagar todas as necessidades. É esta a bitola do Banco Mundial para definir a pobreza extrema, já contabilizando diferenças no poder de compra entre os diferentes países do globo.